



07/12/2018

Número: **0707205-16.2018.8.07.0009**

Classe: **RECURSO INOMINADO**

Órgão julgador colegiado: **Segunda Turma Recursal**

Órgão julgador: **Gabinete do Juiz de Direito Almir Andrade de Freitas**

Última distribuição : **14/11/2018**

Valor da causa: **R\$ 18.579,00**

Relator: **ALMIR ANDRADE DE FREITAS**

Assuntos: **Antecipação de Tutela / Tutela Específica**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
BANCO DAYCOVAL S/A (RECORRENTE)	
	IGNEZ LUCIA SALDIVA TESSA (ADVOGADO)
UBANILDA FERRAZ DE AZEVEDO (RECORRIDO)	
	DEBORAH RODRIGUES AFFONSO (ADVOGADO) CIRENE ESTRELA (ADVOGADO)

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
6547234	05/12/2018 17:07	Acórdão	Acórdão

**TJDFT**

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS

Órgão Segunda Turma Recursal DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO DISTRITO
FEDERAL

Processo N. RECURSO INOMINADO 0707205-16.2018.8.07.0009

RECORRENTE(S) BANCO DAYCOVAL S/A

RECORRIDO(S) UBANILDA FERRAZ DE AZEVEDO

Relator Juiz ALMIR ANDRADE DE FREITAS

Acórdão N° 1141698

EMENTA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. CONSUMIDOR. CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. ALEGADA INTENÇÃO DE CONTRATAR EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. INSTRUMENTO CONTRATUAL QUE NÃO ATENDE AOS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA 28 DO INSS. NULIDADE DO CONTRATO. DEVER DE RESTITUIÇÃO DAS PARCELAS DESCONTADAS. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.

I. A relação estabelecida entre as partes guarda natureza consumerista e o contrato aludido na inicial caracteriza-se como contrato de adesão, considerado pela lei como aquele cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo (CDC, art. 54).

II. A teor do disposto no art. 6º, incisos III e V, do CDC, são direitos básicos do consumidor a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço.

III. No caso, apesar do nome conferido ao contrato (Termo de adesão as condições gerais de emissão e utilização do cartão de crédito consignado do Banco Daycoval – ID 6242148), trata-se de um negócio jurídico para outorga de crédito, como se depreende da forma de liberação do crédito, que se faz por meio de transferências eletrônicas - TEDs (IDs 6242149 e 6242150).



IV. Por se tratar de contrato de outorga de crédito, é assegurado ao consumidor o direito de ser informado prévia e adequadamente sobre: preço do produto ou serviço em moeda corrente nacional (valor contratado); montante dos juros de mora e da taxa efetiva anual de juros; acréscimos legalmente previstos; número e periodicidade das prestações; soma total a pagar, com e sem financiamento, bem como a liquidação antecipada do débito, total ou parcialmente, mediante redução proporcional dos juros e demais acréscimos, consoante disposições contidas no art. 52 do CDC.

V. Semelhante disposição foi replicada na Instrução Normativa nº 28/2008 do INSS que “estabelece critérios e procedimentos operacionais relativos à consignação de descontos para pagamento de empréstimos e cartão de crédito, contraídos nos benefícios da Previdência Social”.

VI. Os artigos 21 e 21-A da referida instrução, estabelecem, dentre outras disposições que merecem destaque, que o contrato de cartão de crédito consignado firmado entre a instituição financeira e o beneficiário do INSS deve conter “o tipo de operação realizada (cartão de crédito, reserva de margem consignável), indicado de forma clara e objetiva, discriminando com clareza sua forma de pagamento” (VI, art. 21-A) e informações quanto “ao montante dos juros de mora e da taxa efetiva anual de juros” (“a”, VII, art. 21-A); “aos acréscimos legalmente previstos” (“b”, VII, art. 21-A); “ao número e periodicidade das prestações, incluindo seus termos inicial e final”; (“c”, VII, art. 21-A) e “à soma total a pagar, com e sem financiamento” (“d”, VII, art. 21-A), destacando, ainda, em seu parágrafo único que “da omissão de qualquer uma das informações disciplinadas nos incisos de I a VII do caput, a operação será considerada irregular e não autorizada, sendo motivo de exclusão da consignação”.

VII. Da leitura dos termos contratuais e das guias de solicitação de saque (ID 6242148, p; 2 e ID 6242151), embora estejam em destaque o valor solicitado, a taxa de juros, IOF, tarifa e custo efetivo total, não inclui informações quanto ao número e periodicidade das prestações, termo inicial e final, soma total a pagar, dentre outras.

Além disso, não restou demonstrado nos autos que a parte autora tenha utilizado o cartão para outras finalidades que não o saque realizado, ou que tenha recebido as faturas de cartão de crédito, o que impede o acompanhamento da evolução da dívida e que, apesar dos descontos efetuados mensalmente em seu benefício, não há significativo abatimento do valor devido, o que configura uma dívida excessivamente onerosa.

VIII. Diante do cenário apresentado, verifica-se que a instituição financeira não observou integralmente o dever de informação, deixando de inserir nos termos de contratação, dados especificados na Instrução Normativa nº 28/2008 do INSS, impondo-se a declaração de nulidade do contrato e a restituição dos valores descontados.

IX. Contudo, a fim de evitar o enriquecimento sem causa do consumidor, deve ser feita a compensação entre o valor descontado do benefício de aposentadoria e aquele transferido para a conta da parte autora, o que pode ser obtido mediante simples cálculo no momento do cumprimento de sentença.

X. Por derradeiro, não há que se falar em dano moral indenizável, pois o consumidor manifestou vontade de contrair empréstimo consignado, de forma que seriam realizados descontos diretamente na sua fonte de pagamento. A abusividade reside na forma da contratação, que não foi suficientemente esclarecida, não tendo sido observadas com rigor as normas que disciplinam a espécie contratual. Em que pese a nulidade decorrente da inobservância do ordenamento jurídico para a contratação, não houve reflexo em direito de personalidade do consumidor, que se valeu do numerário que lhe foi disponibilizado.



XI. Recurso conhecido e provido em parte para determinar a compensação entre o valor descontado do benefício de aposentadoria e aquele transferido para a conta da parte autora e decotar da sentença guerreada a condenação a título de danos morais.

Custas recolhidas. Sem honorários ante o provimento recursal. **Oficie-se ao INSS, em atenção ao disposto no art. 52 da IN 28/INSS, bem como para que suspenda os descontos referentes a RMC no benefício da parte autora.**

ACÓRDÃO

Acordam os Senhores Juízes da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, ALMIR ANDRADE DE FREITAS - Relator, JOÃO LUIS FISCHER DIAS - 1º Vogal e ARNALDO CORRÊA SILVA - 2º Vogal, sob a Presidência do Senhor Juiz ALMIR ANDRADE DE FREITAS, em proferir a seguinte decisão: CONHECIDO. RECURSO PROVIDO EM PARTE. UNANIME., de acordo com a ata do julgamento e notas taquigráficas.

Brasília (DF), 05 de Dezembro de 2018

Juiz ALMIR ANDRADE DE FREITAS
Presidente e Relator

RELATÓRIO

Trata-se de recurso inominado interposto pela parte ré em face da sentença que julgou procedente em parte os pedidos formulados na inicial, determinando a suspensão dos descontos referentes a RMC diretamente no benefício da parte autora, condenando o banco requerido a pagar a parte autora, o valor de R\$8.579,00, a título de repetição de indébito e o valor de R\$3.000,00, a título de reparação por danos morais.

Em seu recurso o banco recorrente sustenta, em apertada síntese, que não houve falha no dever de informação, tendo a parte autora plena ciência dos termos da contratação. Defende que, na ausência de ilícito, não há que se falar em condenação ao pagamento de indenização por danos morais.

Contrarrazões apresentadas (ID 6242172).

É o relatório.



VOTOS

O Senhor Juiz ALMIR ANDRADE DE FREITAS - Relator

Recurso próprio, tempestivo e com regular preparo (ID 6242163 e 6242165).

Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso e, a partir do exame dos autos, devo lhe dar integral provimento.

De início, há que se destacar que a relação estabelecida entre as partes guarda natureza consumerista e o contrato aludido na inicial caracteriza-se como contrato de adesão, considerado pela lei como aquele cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo (CDC, art. 54).

A teor do disposto no art. 6º, incisos III e V, do CDC, são direitos básicos do consumidor a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço.

No caso, apesar do nome conferido ao contrato (Termo de adesão as condições gerais de emissão e utilização do cartão de crédito consignado do Banco Daycoval – ID 6242148), trata-se de um negócio jurídico para outorga de crédito, como se depreende da forma de liberação do crédito, que se faz por meio de transferências eletrônicas - TEDs (IDs 6242149 e 6242150).

Por se tratar de contrato de outorga de crédito, é assegurado ao consumidor o direito de ser informado prévia e adequadamente sobre: preço do produto ou serviço em moeda corrente nacional (valor contratado); montante dos juros de mora e da taxa efetiva anual de juros; acréscimos legalmente previstos; número e periodicidade das prestações; soma total a pagar, com e sem financiamento, bem como a liquidação antecipada do débito, total ou parcialmente, mediante redução proporcional dos juros e demais acréscimos, consoante disposições contidas no art. 52 do CDC.

Semelhante disposição foi replicada na Instrução Normativa nº 28/2008 do INSS que *“estabelece critérios e procedimentos operacionais relativos à consignação de descontos para pagamento de empréstimos e cartão de crédito, contraídos nos benefícios da Previdência Social”*.

Os artigos 21 e 21-A da referida instrução, estabelecem, dentre outras disposições que merecem destaque, que o contrato de cartão de crédito consignado firmado entre a instituição financeira e o beneficiário do INSS deve conter “o tipo de operação realizada (cartão de crédito, reserva de margem consignável), indicado de forma clara e objetiva, discriminando com clareza sua forma de pagamento” (VI, art. 21-A) e informações quanto “ao montante dos juros de mora e da taxa efetiva anual de juros” (“a”, VII, art. 21-A); “aos acréscimos legalmente previstos” (“b”, VII, art. 21-A); “ao número e periodicidade das prestações, incluindo seus termos inicial e final”; (“c”, VII, art. 21-A) e “à soma total a



pagar, com e sem financiamento” (“d”, VII, art. 21-A), destacando, ainda, em seu parágrafo único que “**da omissão de qualquer uma das informações disciplinadas nos incisos de I a VII do caput, a operação será considerada irregular e não autorizada, sendo motivo de exclusão da consignação**”.

Da leitura dos termos contratuais e das guias de solicitação de saque (ID 6242148, p; 2 e ID 6242151), embora estejam em destaque o valor solicitado, a taxa de juros, IOF, tarifa e custo efetivo total, não inclui informações quanto ao número e periodicidade das prestações, termo inicial e final, soma total a pagar, dentre outras.

Além disso, não restou demonstrado nos autos que a parte autora tenha utilizado o cartão para outras finalidades que não o saque realizado, ou que tenha recebido as faturas de cartão de crédito, o que impede o acompanhamento da evolução da dívida e que, apesar dos descontos efetuados mensalmente em seu benefício, não há significativo abatimento do valor devido, o que configura uma dívida excessivamente onerosa.

Diante do cenário apresentado, verifica-se que a instituição financeira não observou integralmente o dever de informação, deixando de inserir nos termos de contratação, dados especificados na Instrução Normativa nº 28/2008 do INSS, impondo-se a declaração de nulidade do contrato e a restituição dos valores descontados.

Contudo, a fim de evitar o enriquecimento sem causa do consumidor, deve ser feita a compensação entre o valor descontado do benefício de aposentadoria e aquele transferido para a conta da parte autora, o que pode ser obtido mediante simples cálculo no momento do cumprimento de sentença.

Por derradeiro, não há que se falar em dano moral indenizável, pois o consumidor manifestou vontade de contrair empréstimo consignado, de forma que seriam realizados descontos diretamente na sua fonte de pagamento. A abusividade reside na forma da contratação, que não foi suficientemente esclarecida, não tendo sido observadas com rigor as normas que disciplinam a espécie contratual. Em que pese a nulidade decorrente da inobservância do ordenamento jurídico para a contratação, não houve reflexo em direito de personalidade do consumidor, que se valeu do numerário que lhe foi disponibilizado.

Ante o exposto conheço o recurso interposto, dando-lhe provimento em parte para determinar a compensação entre o valor descontado do benefício de aposentadoria e aquele transferido para a conta da parte autora e decotar da sentença guerreada a condenação a título de danos morais. Custas recolhidas. S em honorários ante o provimento recursal.

Oficie-se ao INSS, em atenção ao disposto no art. 52 da IN 28/INSS, bem como para que suspenda os descontos referentes a RMC no benefício da parte autora.

É como voto.

O Senhor Juiz JOÃO LUIS FISCHER DIAS - 1º Vogal



Com o relator
O Senhor Juiz ARNALDO CORRÊA SILVA - 2º Vogal
Com o relator

DECISÃO

CONHECIDO. RECURSO PROVIDO EM PARTE. UNANIME.